

# Força ao ensino básico *Educação*

**A** versão preliminar do Censo Escolar 1999, divulgada pelo Ministério da Educação, revela a expansão das matrículas nas séries mais avançadas da rede pública de ensino fundamental e médio. O ensino básico tem três etapas: educação infantil, ensino fundamental (antigo 1.º grau) e ensino médio (antigo 2.º grau). O governo optou por uma política de reforço do ensino básico. Os efeitos dessa escolha começam a se estabilizar. As matrículas aumentaram 4,8% da 5.ª à 8.ª série do ensino fundamental e 11,5% nas séries do ensino médio.

Esse crescimento das inscrições não foi acompanhado, na mesma proporção, pela elevação de matrículas da 1.ª à 4.ª série do ensino fundamental. Como entender esse aparente paradoxo? Para o ministro Paulo Renato Souza não é difícil explicar o fenômeno. A ênfase no ensino básico melhorou o fluxo de alunos nos primeiros anos. Em diversos Estados, o antigo sistema seriado, com aprovação anual, foi substituído por ciclos mais amplos, que evitam a reprovação. Com isso, o sistema vem perdendo “gordura”, como disse o ministro. A evasão e a repetência decresceram. Em vários Estados, o número de concluintes do ensino fundamental foi maior do

que o número de iniciantes.

Quais as consequências dessas mudanças? O que esperar do ensino básico? O que ensinar para adolescentes de 12 a 18 anos? Mais ainda: como responder às inevitáveis demandas de quem conclui o ensino médio e pretende ingressar na universidade? Finalmente, que explicações oferecer a quem – depois de 16 anos de escolarização, até concluir o curso superior – encontra oportunidades de emprego cada vez menores?

O sistema de ensino não pode ignorar o que ocorre na sociedade. O Brasil transformouse, aceleradamente, não apenas num país urbano e industrial, mas também numa grande economia e, especialmente, numa grande democracia. E, tudo isso, num contexto de expansão das desigualdades sociais e regionais, crescimento da violência, conscientização sobre os problemas ambientais, flexibilização das relações trabalhistas e remodelação da produção. Esse processo não pode ser explicado por um único fator determinante nem enfrentado de modo causal e linear. Por isso, o sistema educativo – especialmente o ensino básico – deve estar apto a oferecer aos adolescentes conhecimentos que lhes permitam relacionar, conectar e refletir sobre

uma realidade complexa e multidimensional.

É provável que, paralelamente aos fatores apontados pelo ministro Paulo Renato, o crescimento das matrículas no ensino médio esteja ligado à percepção de que quem não tiver ensino básico completo não terá possibilidades de encontrar um bom posto de trabalho. A questão está em saber se os conhecimentos oferecidos na escola básica estão articulados com as necessidades da sociedade e com a versatilidade exigida pelo setor em que mais crescerá a oferta de empregos: o chamado setor de serviços. Ora, o MEC tem reconhecido que a rede pública não possui professores com formação adequada e, o que é pior, nem mesmo em número suficiente para atender à nova demanda.

A elevação das inscrições no ensino médio da rede pública exigirá um grande esforço também na área do ensino superior. É preciso encontrar fórmulas que permitam quer a expansão da oferta de vagas na universidade pública, quer o financiamento dos cursos para alunos sem recursos. Do mesmo modo, deve-se pensar nu-

ma formação – básica e superior – não apenas para os postos convencionais de empregos (cada vez menores), mas também para o trabalho menos usual e, até mesmo, para a gestão do tempo livre. Como se vê, o problema do ensino básico é complexo.

As tarefas na área educacional são enormes. Aqui reside uma das principais funções do Estado Democrático. Constatar que a pirâmide da escolaridade começa a crescer no vértice é um bom sinal. Representa um salto qualitativo nas taxas médias de escolaridade da população. Não se pode esmorecer

## **É preciso investir na formação de professores do ensino básico**

nesse campo. Investir na formação dos docentes e na restauração da dignidade profissional dos professores do ensino básico é prioritário. Ao lado disso, oferecer diretrizes curriculares modernas, estabelecer critérios de avaliação da qualidade do ensino e remodelar a infra-estrutura da rede pública também são medidas prementes. O MEC, nos limites de sua competência, tem atuado de modo diligente e com resultados palpáveis nessas áreas. Vale insistir e aprofundar o processo.